

Plano Anual de Atividades do Controle Interno – PAACI

Município de Lebon Régis - SC

LEBUN REGIS

Exercício de 2021





Sumário

1 - INTRODUÇÃO	3
2 – FUNDAMENTAÇÃO	3
3 – ESTRUTURA	
4 – FINALIDADE/OBJETIVO	4
5 – AUDITORIAS	5
6 - DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES 2021.	6
7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	8



49 3247 0188

49 3247 0553

1 - INTRODUÇÃO

A Controladoria Interna do Município de Lebon Régis-SC, apresenta o PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO - PAACI que estabelece o planejamento das ações de auditoria e demais atividades a serem realizadas no exercício de 2021, no âmbito das Unidades Gestoras sob responsabilidade desta Controladoria.

O PAACI, exercício de 2021 tem como principal finalidade consolidar, por meio de um cronograma, previsão de atividades a serem executadas até o final do citado exercício, estabelecendo prioridades, dimensionando e racionalizando tempo ao nível da capacidade instalada, em termos de recursos humanos e materiais.

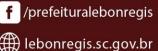
Pretende-se a partir de atividades planejadas, a realização de exames que identifiquem se os processos e sistemas administrativos e operacionais, das unidades gestoras, estão sendo conduzidos de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, legitimidade, economicidade e eficácia dando cumprimento as leis, normas e regulamentos aplicáveis

Bem como verificar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Permitindo assim, a formulação de recomendações que indiquem a melhoria contínua na gestão dos recursos públicos destinados para o desenvolvimento das atividades, preservando os recursos para evitar perdas, mau uso e danos ao patrimônio do município, assim contribuindo para a transformação do "gasto ruim" em "gasto bom", rumo ao aumento da governança no município.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

Determina a Constituição Federal em seus artigos 31, 70 e 74, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – oficialmente Lei Complementar nº 101/2000 – em seu artigo 59 que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

No Município de Lebon Régis o Controle Interno foi instituído pela Lei Municipal de nº 041/2003, em 18 de dezembro de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 1.171/2004, de 05



de março de 2004, o qual detalha as normas e orienta os procedimentos dos principais atos do órgão cediando junto a prefeitura municipal à Rua Arthur Barth, 300 – Centro – 89515-000 Fone: (49) 3247-0188 Ramal: 219 Lebon Régis - SC, abrangendo todos os órgãos e agentes públicos da administração direta, indireta e entidades ou pessoas beneficiadas com recursos públicos do Município de Lebon Régis. Além deste arcabouço jurídico o Controle Interno Municipal deve obedecer às normas específicas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), bem como a Lei Orgânica Municipal e demais legislações específicas.

3 – ESTRUTURA

O Município atualmente apresenta uma única unidade de Sistema de Controle Interno para todos os Poderes, sendo esse definido como Órgão Central de Controle Interno e ficando responsável pelo controle do Legislativo e Executivo, incluindo todos os Fundos e o Hospital Municipal Santo Antônio que é uma autarquia.

O Órgão Central de Controle Interno está subordinado ao Chefe do Poder Executivo, abaixo tabela com a atual estrutura e vagas efetivamente preenchidas.

Cargo	Norma Legal	Modalidade	Vagas	Vagas
	The state of			Preenchidas
Coordenador de Sistema	Lei Complementar	Comissão	1	0
de Controle Interno	n° 041/2003			
Controlador Interno	Lei Complementar	Efetivo	1	1
2,	n° 043/2006			

4 – FINALIDADE/OBJETIVO

No exercício da função administrativa de controle, o Controle Interno deve se assegurar de que a existência de erros e riscos potenciais devem ser devidamente controlados e monitorados, atuando de forma preventiva, concomitante ou corretiva, além de prevalecer como instrumento auxiliar de gestão.

Coração do Contestado

As atividades de fiscalização e auditorias terão a finalidade precípua de avaliar o cumprimento das unidades gestoras quanto ao segmento dos procedimentos das instruções normativas já implementadas e dos postulados legais, bem como recomendar ações corretivas às irregularidades detectadas, com ênfase nos seguintes aspectos:

- I. Acompanhar e apurar a retidão dos atos administrativos, principalmente aqueles que envolvam despesas;
- II. Orientar quanto a adequação e eficácia dos controles;
- III. Verificar e acompanhar o cumprimento das orientações emitidas pelo TCE/SC, limites legais e constitucionais;
- IV. Verificar a aplicação das normas internas, da legislação vigente e das diretrizes traçadas pela Administração, buscando um maior grau de conformidade dos atos de gestão;
- V. Averiguar a compatibilidade dos programas com objetivos, planos e meios de execução estabelecidos;
- VI. Averiguar a integridade e confiabilidade das informações e registros;
- VII. Avaliar a eficiência, a eficácia e a economia na aplicação e utilização dos recursos públicos, gerando uma melhor gestão administrativa;
- VIII. Acompanhar a situação do município perante os órgãos de controle externo com o intuito de ter um cenário sempre positivo e sem restrições;
 - IX. Acompanhar o prazo de entrega das demandas e obrigações legais do município, a fim de que todos sejam cumpridos; e
 - X. Garantir que as informações produzidas sejam integras e confiáveis para a tomada de decisões, bem como para o cumprimento de obrigações de transparência e prestações de contas.

5 – AUDITORIAS

A auditoria tem a finalidade principal de avaliar o cumprimento das unidades executoras quanto ao seguimento dos procedimentos administrativos e/ou das Instruções Normativas já implementadas na Administração, baseadas nos princípios da legalidade,





legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, bem como recomendar e sugerir ações corretivas para os problemas detectados, cientificando aos auditados da importância em submeter-se às normas vigentes.

Entende-se, desta forma, a auditoria interna como um elemento de controle, que tem como finalidade controlar, orientar e avaliar os atos de gestão praticados no âmbito dos Poderes, tal qual apoiar o Controle Externo na sua missão institucional assegurando desta forma a regularidade da gestão contábil, financeira, patrimonial e de pessoal.

6 - DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES 2021.

ATIVIDADES	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun.	Jul	Ago	SetC	ut Nov	Dez
Elaborar o Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle											
Interno do Poder Executivo sobre as contas do exercício											
financeiro de 2020, que acompanha a prestação de contas do											
Prefeito, conforme determina a IN n. 20/2015 do TCE/SC.											
Elaborar o Relatório do Órgão de Controle Interno sobre a											
prestação de contas de gestão, bem como o seu repectivo parecer											
sobre as contas do exercício de 2020 de cada unidade											
jurisdicionada do município, conforme determina a IN n.											
20/2015 do TCE/SC.											
Elaborar orientações e apontar mecanismos que visem sanar as											
ressalvas apontadas pelo TCE-SC referente a prestação de contas											
de 2019.											
Acompanhamento dos processos de concessões e assinaturas dos											
termos de fomento e colaboração firmados pela Administração											
Pública											
Elaborar o PAACI para o exercício de 2022.							7				
	3°		7		1°				2°		
	Q.				Q.				Q.		
Acompanhar a elaboração, revisão e publicação do Relatório de	2			A	2				2		
Gestão Fiscal (RGF)	0		1	4	0	1			0		
	2	1		6	2	<i>y</i>			2		
	0	1			1	Ш			1		
I FRAU RÉGIO	6°		1°		2°	l í	3°		4°	5°	
	B.		B.		B.		B.		B.	B.	
Acompanhar a elaboração, revisão e publicação do Relatório	2		2		2		2		2	2	
Resumido da Execução Orçamentária (RREO).	0		0		0		0		0	0	
	2		<i>L</i>		<i>2</i>	ŀŀ	2		2	2	
Deslines kimeetselmente e annie de informeca e e Tribural de	U 60	_	1 1°		1 2°	Н	1 3°		1 4°	5°	Н
Realizar bimestralmente o envio de informações ao Tribunal de			_			l í	_				
Contas do Estado por meio do sistema e-Sfinge e encaminhar aos			B.		B.		В.		B.	B.	
setores reponsáveis relatórios com eventuais consistências não	2		2		2		2		$\frac{2}{0}$	2	
impeditivas do envio de remessa.	U		U		U	Ш	U		U	U	ш

6

	2		2		2		2		2	2	
	$\stackrel{\scriptstyle \sim}{0}$		∠ 1		∠ 1		1		1	1	
	6°	\vdash	1°		2°		3°		4°	5°	
Verificação de compatibilidade entre a quantidade de pareceres	B		В.		ь В.		Э В.		т В.	Э В.	
de Atos de Pessoal emitidos pelo Controle Interno e as			р. 2		р. 2		2		2	2	
informações de admissões enviadas ao TCE/SC através das			0		0		$\begin{bmatrix} 2 \\ 0 \end{bmatrix}$		0	$\overset{2}{0}$	
remessas do e-Sfinge.	2		บ ว		2		2		2	2	
remessas do e-simge.	0		1		1		1		1	1	
Verificar o cumprimento das obrigações do ente referente ao envio de informações pelo sistema SIOPS, SIOPE, SICONFI.											
Verificar e alertar ao ordenador de despesas sobre diárias											
concedidas sem a respectiva prestação de contas por parte do											
servidor.											
Emitir parecer quanto à regularidade das prestações de contas de									7		
adiantamentos aos servidores das unidades jurisdicionadas, no											
que diz respeito à documentação apresentada e aplicação dos											
recursos, concordante com a IN n. 14/2012 TCE/SC.											
Emitir parecer quanto à regularidade das prestações de contas									1		
parciais e final de subvenções sociais firmadas entre a											
Administração Pública e Organizações da Sociedade Cívil											
através de termos de fomento e de colaboração, consoante com a											
IN n. 14/2012 TCE/SC.											
Emitir parecer sobre o exame da legalidade dos atos de admissão									-		+
de pessoal conforme prevê a IN n. 11/2011 do TCE/SC.											
									-		
Acompanhamento sema <mark>nal da situação do M</mark> unicípio nos subsistemas CAUC e DART verificando pendências e											
_											
orientando os Departamentos competentes para a sua											
regularização.											
Assessorar a Administração Municipal mediante a realização de											
orientações verbais, bem como a emissão de pareceres, relatórios											
e orientações formais quando requerido, ou ainda, quando											
identificadas irregularidades ou ineficiências.											
Encaminhamento e resposta das solicitações e questionários de									-		
controle externo que sejam direcionadas para este ógão, TCE/SC,											
Ministério Público, Controle Social, outros, bem como											
manifestação quanto às denúncias públicas.											
Acompanhamento dos limites constitucionais da saúde e									-		
educação, limite do FUNDEB e do gasto com pessoal do											
executivo e legislativo previstos na Lei de Responsabilidade											
Fiscal (Lei 101/2020).									\dashv		
Acompanhamento do cálculo do PASEP e verificação da entrega da DCTF dentro do prazo.											
									\dashv		
Acompanhamento dos lançamentos contábeis da Câmara											
Municipal de Vereadores.											
AUDITODIAC	Jan	Fou	Mar	Ahr	Mai	Jun	Jml	Δσο	Sotle)ut No	v Do
AUDITORIAS Auditoria nas diárias concedidas no decorrer do ano de 2020 na		Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set (Out No	v Dez

unidade Hospital Municipal Santo Antônio.						
Auditoria do controle da jornada de trabalho e pagamento de						
horas extras, visando dar continuidade a um trabalho iniciado em						
2020, para fins de verificação das melhorias alcançadas e						
recomendações para aprimoramento do método de controle						
utilizado.						

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do exercício, as atividades e o cronograma de execução dos trabalhos poderão sofrer alterações em função de algum fator que inviabilize a sua realização, tais como: trabalhos especiais, treinamentos (cursos, congressos e capacitações), atendimento ao Tribunal de Contas do Estado ou outro órgão de controle externo, assim como atividades não previstas.

O resultado das atividades de Auditoria será levado ao conhecimento do Chefe do Poder Executivo e aos Secretários das pastas envolvidas nos sistemas para que tomem conhecimento e adotem as providências que se fizerem necessárias. As constatações, recomendações e pendências farão parte do relatório de Auditoria. Quando se fizer necessário, será solicitado parecer jurídico da Procuradoria Municipal.

> Daiane Seidel. Controladora Interna.